



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

PAULA PAULINO DA SILVA

**A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NO CURRÍCULO DO CURSO DE
PEDAGOGIA DO CH-UEPB**

**GUARABIRA
2018**

PAULA PAULINO DA SILVA

**A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NO CURRÍCULO DO CURSO DE
PEDAGOGIA DO CH-UEPB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus III, em cumprimento aos requisitos necessários para a obtenção de grau de Licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Formação Docente

Orientador (a): Profa. Dra. Ivonildes da Silva
Fonseca

**GUARABIRA
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586r Silva, Paula Paulino da.
A representação da mulher negra no currículo do curso de Pedagogia do CH-UEPB [manuscrito] / Paula Paulino da Silva. - 2018.
38 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2018.
"Orientação : Prof. Dr. Ivonildes da Silva Fonseca , Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."
1. Currículo - mulher negra. 2. Invisibilidade social - mulher negra. 3. Pedagogia - mulher negra. I. Título
21. ed. CDD 320.56

PAULA PAULINO DA SILVA

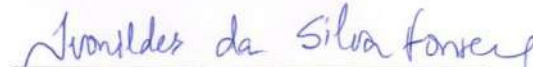
**A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NO CURRÍCULO DO CURSO
DE PEDAGOGIA DO CH-UEPB**

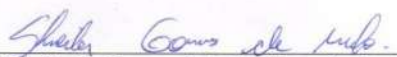
Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus III, em cumprimento aos requisitos necessários para a obtenção de grau de Licenciada em Pedagogia.

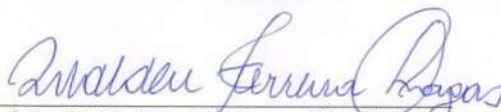
Área de concentração: Formação docente

Aprovada em: 28/11/2018.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Ivonildes da Silva Fonseca (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.^a Ms.^a Sheila Gomes de Melo (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais, meus maiores exemplos de vida, que sempre me apoiaram e deram todo suporte necessário para chegar até aqui, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Esta monografia marca o fim de mais um ciclo em minha vida, para que possa iniciar outro. Não foi fácil o caminho até aqui, por isso é fundamental o agradecimento a todos aqueles que estiveram ao meu lado me dando força para que eu pudesse continuar rumo à realização do sonho de me graduar.

Agradeço primeiramente a Deus, por me guiar e abençoar nessa jornada tão importante da minha vida, me dando saúde e me presenteando com anjos em forma de gente que me acompanharam até aqui.

Devo tudo o que sou, o ser humano que me tornei a meus pais: Josimar Enedino (in memoriam) e Maria Paulino. Meus maiores exemplos de vida, que nunca mediram esforços para me dar o melhor dentro de suas possibilidades, que sempre se preocuparam com minha educação e me fizeram compreender o valor que o estudo e o conhecimento tem na vida de uma pessoa. Sem dúvidas, meus maiores incentivadores.

Agradeço também ao meu namorado: Valdir Moreno. Que sempre me lembrou o quanto eu era e sou capaz de realizar qualquer coisa, por mais difícil que ela pareça. Obrigada por todo o companheirismo, amor e palavras de incentivo ao longo da minha caminhada.

A todos os professores que fizeram parte de minha formação acadêmica, muito obrigada. Em especial aos professores: David Soares de Souza, Rita de Cassia Cavalcante, Sheila Gomes e Vanusa Valério, que contribuíram de forma ímpar na construção da criticidade e minha forma de enxergar e entender o mundo que me cerca.

Agradeço a minha orientadora Ivonildes da Silva Fonseca por toda sua paciência e sensibilidade com que me tratou durante o processo de realização desse trabalho. Obrigada por ser essa professora tão admirável, referência de luta.

À minha amiga de infância Nikita Sigrist, com quem compartilhei as aflições e felicidades pelas quais uma graduanda passa. Amiga querida da vida inteira, que sempre torceu por mim e que vibra com minhas conquistas, muito obrigada.

Agradeço a todos os amigos que fizeram parte da minha formação. Saibam que todos têm um lugar especial em meu coração, lembrarei de todos os momentos vividos no Campus III da Universidade Estadual da Paraíba, instituição pela qual sempre terei muito carinho e boas recordações. Em especial, agradeço a minha amiga Érica Monale, com quem compartilhei tantos momentos, bons e maus. Que honra ter meu caminho cruzado ao de uma pessoa tão especial e amiga. Obrigada por todo o apoio que sempre me deu.

Por fim agradeço a todos aqueles que de alguma forma estiveram presentes em minha formação acadêmica, direta ou indiretamente. Muito obrigada por tudo.

Que venham novos sonhos, novos ciclos!

“Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”.
(ANGELA DAVIS)

RESUMO

A presente monografia teve como objetivo investigar a representação da mulher negra no currículo do curso de Pedagogia do CH-UEPB. A necessidade de pesquisa dessa temática é urgente, uma vez que, vivemos em uma sociedade que inferioriza e invisibiliza as mulheres negras e nesse sentido, cabe refletir acerca das problemáticas que acometem a vida dessa população e discutir como um currículo multicultural que insira essa temática pode ser instrumento de uma mudança na mentalidade social, em que ao o racismo e os estereótipos negativos contra as mulheres negras estão enraizados. No que tange embasamento teórico, a pesquisa está fundamentada em Werneck (2010), Gonzalez (1984), Crenshaw (2002), Silva (2000), Carneiro (2011), dentre outros. Quanto à metodologia, foi utilizada a análise de cunho qualitativo, por meio de pesquisa documental cuja fonte de análise foi o Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia do CH-UEPB. Também foram feitas pesquisas em materiais bibliográficos e webgráficos. Nesse sentido buscou-se com esse trabalho discutir acerca da realidade de opressões a qual estão inseridas as mulheres negras e a importância de um currículo multicultural com o objetivo de contribuir para uma mudança da mentalidade social que naturaliza a inferiorização dessa população. Sendo assim, esse trabalho buscou apontar o curso de Pedagogia e o espaço universitário como um cenário de discussão de uma temática tão importante na busca por uma reflexão acerca da realidade desigual socialmente a qual estão submetidas às mulheres negras.

Palavras-chave: Currículo - mulher negra; Invisibilidade social - mulher negra; Pedagogia-mulher negra

ABSTRACT

The purpose of this monograph was to investigate the representation of black women in the curriculum of the CH-UEPB Pedagogy course. The need for research on this subject is urgent, since we live in a society that undermines and makes black women invisible. In this sense, it is necessary to reflect on the problems that affect the life of this population and to discuss how a multicultural curriculum that inserts this theme can be an instrument of a change in the social mentality, in which racism and negative stereotypes against black women are rooted. As regards the theoretical basis, the research is based on Werneck (2010), Gonzalez (1984), Crenshaw (2002), Silva (2000), Carneiro (2011), among others. As for the methodology, the qualitative analysis was used, through documentary research whose source of analysis was the Political Pedagogical Project of the Pedagogy course of the CH-UEPB. Research was also done on bibliographical and web-based materials. In this sense, the aim of this work was to discuss the reality of oppression to which black women are inserted and the importance of a multicultural curriculum with the objective of contributing to a change in the social mentality that naturalizes the inferiorization of this population. Thus, this work sought to point out the course of Pedagogy and the university space as a scenario of discussion of a theme so important in the search for a reflection on the unequal social reality to which black women are subjected.

Keywords: Curriculum - black woman; Social invisibility - black woman; Pedagogy - Black woman

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 MULHERES NEGRAS, INVISIBILIZAÇÃO HISTÓRICA, REPRESENTAÇÃO SOCIAL NEGATIVA E INTERSECCIONALIDADE	17
2.1 Mulher negra no Brasil: invisibilização e discriminação	17
2.2 A representação social negativa da mulher negra.....	19
2.3 Interseccionalidade e as diversas opressões sofridas pelas mulheres negras.....	22
3 A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO EM PROL DE UMA NOVA MENTALIDADE SOCIAL	23
3.1 O currículo como instrumento na contribuição para uma nova mentalidade social: rompendo práticas discriminatórias	23
3.2 O multiculturalismo: identidade e diferença	24
3.3 Identidade e diferença no currículo para a igualdade	26
4 O CURSO DE PEDAGOGIA DO CH-UEPB E A DISCUSSÃO ACERCA DA MULHER NEGRA	29
4.1 A População negra feminina e as desigualdades raciais: maioria e silenciamento.....	29
4.2 O curso de Pedagogia e a representação da mulher negra no currículo.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país racista. Dito isto, é importante rever na História os 354 anos em que nossa sociedade esteve sob o modelo escravista que explorava as pessoas negras. A memória do Brasil tem suas raízes fincadas em um passado assombroso de humilhação e servidão do povo negro, que foi trazido à força para o Brasil, pelos colonizadores brancos, como mão de obra escrava. As pessoas negras que historicamente sofrem com a discriminação e inferiorização por parte de parcelas da sociedade resistem e tentam se afirmar nos dias atuais.

Nos dias de hoje, muito embora haja políticas e uma preocupação com as questões raciais, o preconceito racial não está extinto e parece ganhar força novamente, tendo em vista os ataques racistas sofridos por pessoas negras anunciados pelas mídias com certa frequência. Um dos casos mais recentes foi o ataque sofrido por modelos negras em um desfile ocorrido no Distrito Federal, Top Cufa, concurso de beleza dedicado a mulheres que vivem nas periferias do Brasil, que foram alvos de ofensas racistas em um grupo de Whatsapp, sendo comparadas a escravas em Outubro de 2018.

É nessa realidade que estão inseridas as mulheres negras brasileiras, convivendo com o racismo gritante todos os dias como uma tentativa de colocá-las em um lugar de inferioridade, invisibilizando e discriminando-as. Torna-se um desafio diário de resistência se afirmar em uma sociedade sexista e racista.

É importante ressaltar a representação social negativa que as mulheres negras carregam em nosso país, sendo carimbadas com estereótipos negativos em relação a seus corpos e força física. É comum atribuir a elas a imagem de mulher inadequada para cargos de prestígio social e aptas apenas aos trabalhos braçais e domésticos, sendo vistas como mulheres incansáveis e trabalhadoras, capazes de aguentar qualquer esforço físico. Basta ligarmos a TV e observarmos em alguma novela/série os papéis ocupados pelas mulheres negras. Na maioria das vezes trata-se de personagens que atuam como empregadas domésticas, sem querer desprestigiar a profissão, na trama e quando não é assim, o que acontece é uma erotização do corpo da mulher negra. Desse modo, também é muito comum ver a hipersexualização dessas mulheres, tratadas como objetos sexuais, provocando uma falsa admiração por parte da sociedade.

Não é fácil ser mulher em uma sociedade tão desigual e que inferioriza sua existência a todo o momento. Ser mulher negra é mais grave ainda. São muitas as opressões que se entrecruzam e pairam sobre elas, que vivem em desvantagem socialmente falando em relação

as mulheres brancas. Um exemplo clássico de cruzamento de opressões é do racismo e o sexismo que agem juntos, causando danos às mulheres negras, como ressalta Sueli Carneiro:

[...] constata-se que a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma perspectiva de vida menor em cinco anos, em relação à das mulheres brancas; [...] (CARNEIRO, 2011, p. 127)

Nesse sentido, é importante frisar a necessidade de uma mudança no pensamento social visando romper com práticas discriminatórias, de modo que os preconceitos contra mulheres negras possam ser amenizados. Desse modo, ao enxergarmos a universidade como um espaço para além da construção de conhecimentos acadêmicos podemos entendê-la como um espaço de poder em que através do currículo legitimamos ou silenciemos determinados sujeitos. Nesse espaço acadêmico temos a oportunidade de discutir temáticas cruciais para uma nova forma de pensar socialmente, buscando a valorização das identidades e diferenças existentes objetivando a igualdade de direitos para grupos historicamente inferiorizados, como é o caso das mulheres negras.

Diante desse quadro, é fundamental o entendimento acerca da população negra feminina e as desigualdades raciais que as cercam. Em um país que discrimina e silencia os preconceitos contra essas mulheres, é imprescindível a discussão a respeito da problemática que envolve a vida dessa população. Para contextualizar, a desigualdade social a qual mulheres negras são submetidas é alarmante. No ano de 2009 a maioria de famílias chefiadas por mulheres era negra, 51,1%, e essas mulheres chefiavam suas famílias com uma renda média de 491 R\$, renda muito inferior. (IPEA, 2011).

Considerando todo o exposto até aqui, torna-se fundamental entender que a educação e o espaço acadêmico muito podem contribuir no processo de mudança dessa realidade de exclusão e invisibilidade que estão inseridas as mulheres negras. O presente trabalho tem como tema a Representação da Mulher Negra no Currículo do Curso de Pedagogia do CH-UEPB. A escolha do tema surgiu a partir da inquietação ao assistir através das mídias e no cotidiano a forma como a mulher negra brasileira vem sendo representada. Sendo a universidade um espaço de reflexão e construção de consciência crítica, considero de extrema relevância investigar se as mulheres negras estão representadas em nosso currículo, de modo que possamos refletir sobre as problemáticas que cercam as vidas dessas mulheres a fim de trabalhar em prol de um pensamento mais humano e crítico, que possa mudar a mentalidade

tão comum hoje em dia de naturalizar as mazelas que acometem a vida dessa população. Sendo ainda o curso de Pedagogia um curso que forma professores, que contribuem diretamente na formação de cidadãos éticos que respeitem as diferenças, estarão lidando diretamente com crianças de Educação Infantil e Ensino Fundamental 1 que muitas vezes são vítimas ou reproduzem preconceito racial é importante a discussão acerca dessa temática.

Em uma sociedade estruturada pelo racismo é urgente a discussão e reflexão sobre o assunto. A desigualdade social que acomete as mulheres negras precisa ser vista e combatida, sem o véu da invisibilidade social que cai sobre elas. De acordo com RIBEIRO (2018, p.49), “é hora de ter consciência do racismo no país e lutar para combatê-lo”. E essa luta precisa ter como um de seus palcos o espaço acadêmico.

Diante do exposto o objetivo deste trabalho foi investigar a representação da mulher negra no currículo do curso de Pedagogia do CH-UEPB. Sendo assim, busquei verificar se há espaço para a discussão dessa temática e de que forma ela se dá, caso esteja presente no currículo, uma vez que é de extrema importância para uma transformação na mentalidade enraizada socialmente que tende a naturalizar os aspectos negativos nas vidas dessas mulheres, considerando que a educação é um instrumento importantíssimo na mudança social. E esta pesquisa busca contribuir nesse sentido, de alertar para a importância da inserção dessa temática no currículo como um vetor de transformação em uma realidade tão difícil vivida pela população negra feminina.

No que tange a metodologia, optei por uma pesquisa de cunho qualitativo, por meio de análise documental do Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia do CH-UEPB, buscando investigar a existência da representação da mulher negra no currículo. Com relação a esse tipo de pesquisa, Gil (2002, p. 46) caracteriza como:

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas cabe considerar que, enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas sobretudo por material impresso localizado nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Há, de um lado, os documentos "de primeira mão", que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc.

Também foi utilizada a pesquisa bibliográfica, como forma de subsidiar e embasar a discussão teórica acerca da realidade de opressões a qual estão inseridas as mulheres negras

em nossa sociedade. Para o embasamento teórico foram utilizadas as reflexões de Werneck (2010), Gonzalez (1984), Crenshaw (2002), Silva (2000), Carneiro (2011), dentre outros.

O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro, analiso a questão das mulheres negras, invisibilização, representação social negativa e interseccionalidade. Estão presentes as reflexões acerca de toda discriminação histórica que acompanha essas mulheres e a forma estereotipada negativamente como é tratada. É tratado também o conceito de interseccionalidade, que existe para explicar as diversas opressões entrecruzadas que caem sobre essa população. No segundo capítulo, é enfatizada a importância do currículo em prol de uma nova consciência. É abordado o currículo como instrumento na contribuição de um novo modo de pensar a mulher negra, visando o rompimento com práticas discriminatórias. É tratado também o multiculturalismo, identidade e diferença e como esses itens presentes no currículo podem contribuir para a igualdade. No terceiro capítulo trago o curso de Pedagogia do CH-UEPB e a discussão acerca da mulher negra. Inicialmente contextualizo acerca da realidade das mulheres negras e desigualdades sociais, em que essa população embora numerosa, é silenciada pelo preconceito. Por fim, abordo o currículo do curso de Pedagogia na busca pela representação da mulher negra, investigando se há essa representação e de que modo ela se dá.

2 MULHERES NEGRAS, INVISIBILIZAÇÃO HISTÓRICA, REPRESENTAÇÃO SOCIAL NEGATIVA E INTERSECCIONALIDADE

2.1 Mulheres negras no Brasil: invisibilização e discriminação

A sociedade brasileira é marcada pelo histórico racista e discriminatório agravado às pessoas negras, e em relação às mulheres negras, foco deste trabalho, os preconceitos são ainda mais acentuados uma vez que se trata do sexo feminino, tido socialmente como inferior em relação ao masculino. A trajetória das mulheres, em especial as negras, é caracterizada historicamente por preconceitos, discriminações e estereótipos negativos que deturpam as suas imagens.

Nesse contexto, nossa sociedade avança diariamente com um discurso multicultural, mas, em contrapartida não se vê um esforço real no sentido de sanar os aspectos negativos que inferiorizam as mulheres de nossa sociedade. De acordo com a escritora e blogueira Jarid Arraes (2013), uma das maiores particularidades do racismo brasileiro é o modo como o preconceito se esconde sob a máscara de um país racialmente democrático.

A máscara a qual a blogueira se refere, é denominada mito democracia racial, usado para invisibilizar o racismo existente no Brasil. Ou seja, o mito surge como uma maneira de afirmar que não existem impedimentos sociais gerados pela discriminação racial que dificultem a ascensão social de pessoas negras. Nesse sentido, acredita-se, ou melhor, é divulgado por parte da sociedade, que vivemos em um país onde todos têm as mesmas oportunidades. E é nesse panorama que percebemos o esforço de grande parcela da sociedade em aparentar uma realidade democrática racialmente falando, tentando desqualificar o discurso por igualdade e desvalorizando a luta das mulheres negras em prol de uma realidade menos excludente.

Socialmente a mulher negra vive o desafio de se afirmar diariamente em uma sociedade sexista e racista. Na atualidade existem lutas se levantando em favor dessas mulheres, buscando atender a necessidade da quebra de estereótipos negativos:

Não é por acaso que uma das lutas atuais do movimento feminista negro é pela quebra de estereótipos; por meio dos estereótipos e papéis sociais impostos para as mulheres negras, a questão do racismo acaba empurrada para debaixo do tapete. Onde há discriminação e exclusão, levanta-se uma falsa admiração, que na realidade é objetificação sexual e exotificação da mulher negra. Ou seja, para cobrir o preconceito que vem sendo nutrido e

espalhado há séculos, rotula-se a mulher negra com as poucas permissões que lhes são concedidas (ARRAES, 2013, on-line).

Ao longo da história a mulher negra sofre com atitudes discriminatórias por parte da sociedade que mascara o racismo e os preconceitos com a falsa ideia de democracia racial já referida anteriormente. Quando essas mulheres são “aceitas” pela sociedade, são geralmente em papéis específicos onde se evidencia a exotificação da beleza da mulher negra, tratando-a como um objeto sexual e restringindo-as somente a isso, como se essas mulheres não pudessem ocupar cargos de prestígio social e estarem nos espaços onde estão as intelectuais por exemplo. Esses estereótipos são reforçados desde sempre por nossa sociedade que encobre o preconceito com falsa admiração, que aparece, sobretudo, em momentos de dor física ou de necessidade de justificá-las em serviços braçais, considerados pesados. Desse modo, nosso país segue agindo com hipocrisia e por consequência alimentando ainda mais o preconceito contra as mulheres negras.

A luta dessas mulheres vem de longa data e na atualidade vem ganhando mais força e mais representação na busca de romper com práticas discriminatórias que marcam suas trajetórias:

Sabemos que tem sido a partir de condições profundamente desvantajosas em diferentes esferas que nós mulheres negras desenvolvemos nossas estratégias cotidianas de disputa com os diferentes segmentos sociais em torno de possibilidades de (auto) definição. Ou seja, de representação a partir de nossos próprios termos, a partir do que projetamos nos novos horizontes de luta. Estratégias que devem ser capazes de recolocar e valorizar nosso papel de agentes importantes na constituição do tecido social e de projetos de transformação (WERNECK, 2010, p.15).

Werneck afirma que a luta das mulheres negras se dá a partir de uma perspectiva desvantajosa em relação às mulheres brancas e até mesmo com relação aos homens brancos e negros. É nesse contexto que encontram formas e estratégias de disputa com diferentes segmentos sociais, o que podemos entender também como resistência. Para que a sociedade compreenda e reconheça a importância dessas mulheres é necessário ainda, muita luta para que um dia as mulheres negras das futuras gerações possam viver em sociedade em condições mais iguais e mais humanas, sem precisarem impor sua presença, uma vez que hoje isso ainda é necessário para buscar lugar em uma sociedade tão excludente.

Nesse sentido, se torna necessário uma abordagem que utiliza conceitos como democracia racial (já citado acima), representação e interseccionalidade para refletirmos acerca da visão que se tem da mulher negra na sociedade, de modo a contribuir com a

evolução de um pensamento crítico, que rompa com a mentalidade discriminatória ainda tão evidente em nossa sociedade nos dias atuais.

2.2 A representação social negativa da mulher negra

Sabemos que a história do povo negro no Brasil se caracteriza por uma enorme cicatriz deixada pelos 354 anos de escravidão negra em nosso país. E esse passado criminoso contra o povo negro é agravado contra as mulheres negras, que sempre foram vistas com inferioridade. No Brasil nossa sociedade é machista e discriminatória, com as elites ditando as regras sobre o certo e o errado. Apesar dos muitos avanços obtidos até hoje para as mulheres, infelizmente para as mulheres negras ainda há muito a conquistar, uma vez que predomina a visão patriarcal, a força da ordem masculina e a lógica racista ditando as atribuições para cada gênero/etnia em nossa sociedade:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres[...] (BOURDIEU, 2012, p.18).

É nesse cenário sexista que a mulher “universal” está inserida, tendo que viver em uma sociedade que lhe inferioriza em todos os sentidos. Nesse contexto, está também a mulher negra que sofre com as mesmas discriminações e mais as racistas, tendo muitas vezes que se submeter à vontade e a ordem masculina. Se no Brasil ser mulher branca é complicado, ser mulher e negra é duas vezes mais considerando que o pensamento racista advindo da escravidão continua presente no imaginário social. Pelo cenário, surge então a necessidade de organização das mulheres negras em prol da mudança dessa visão pejorativa por parte da sociedade, se torna importante a discussão dos temas que permeiam a vida social dessas mulheres acerca dos preconceitos vividos por elas, herança do Brasil escravista.

Nesse sentido, se torna importante refletir acerca da importância da representação dessas mulheres no sentido de pensar sobre os porquês de as práticas discriminatórias serem tão gritantes ainda nos dias de hoje, em que falamos tanto sobre aceitação das diferenças e diversidade étnico-racial. De acordo com Pesavento (2006) as “representações são

presentificações de uma ausência”, ou seja, representar seria uma forma de dar vez e voz a indivíduos invisibilizados e muitas vezes excluídas da sociedade. Porém, cabe ressaltar que nem sempre a representação é real, ou seja, nem sempre se representa algo de forma fiel ao que realmente é:

Com isto, a representação é um conceito que se caracteriza pela sua ambiguidade, de ser e não ser a coisa representada, compondo um enigma ou desafio que encontrou sua correta tradução imagética na blague pictórica do surrealista René Magritte, como suas telas “Isto não é um cachimbo”, ou “Isto não é uma maçã” (PESAVENTO, 2006, p.49).

Isto é, a visão negativa que a sociedade imputa à mulher negra não condiz com a realidade. Não se pode atribuir às mulheres a carga negativa que elas vêm recebendo historicamente por causa de seu gênero ou cor de pele. As representações são construídas pelos indivíduos, no imaginário social está impregnada a ideia de inferiorização da mulher negra, graças a um passado escravista ainda muito vivo. É importante destacar que essas idéias negativas só têm força na atualidade devido a perpetuação desses preconceitos ao longo do tempo, onde por mais que hajam avanços, o racismo parece não ter desaparecido de nossa sociedade. Nesse sentido é fundamental salientar:

O imaginário existe em função do real que o produz e do social que o legitima, existe para confirmar, negar, transfigurar ou ultrapassar a realidade. O imaginário compõe-se de representações sobre o mundo do vivido, do visível e do experimentado, mas também sobre os sonhos, desejos e medos de cada época, sobre o não tangível nem visível, mas que passa a existir e ter força de real para aqueles que o vivenciam (PESAVENTO, 2006, p. 50).

Como dito anteriormente, é imprescindível uma reflexão acerca da importância das vivências sociais que contribuem muito para as composições do imaginário, que criam cada vez mais força uma vez que são vivenciadas diariamente em sociedade. A imagem estereotipada da mulher negra enquanto inferior foi propagada até os dias de hoje, tendo alguns lugares específicos da sociedade atribuídos a elas como salienta Arraes (2013) ao afirmar que o estereótipo da mulher trabalhadora e incansável é um dos mais reforçados.

É muito comum atribuir às mulheres negras a imagem estereotipada de alguém que ocupa os lugares de menor prestígio social em nossa sociedade, como destaca Gonzalez (1984, p.226) ao afirmar que “mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta à gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão.”.

Infelizmente essa imagem atribuída às mulheres negras e denunciada por Lélia Gonzalez, é naturalizada em nosso país, e reforçada através dos meios de comunicação.

E no âmbito do trabalho, essas mulheres muitas vezes precisam se submeter a condições precárias, por falta de opção e medo de perder seu emprego, uma vez que têm uma vida permeada por poucas alternativas, sendo assim muito difícil alcançar algo maior que o trabalho de empregada doméstica.

Ainda falando sobre a importância da representação e nesse caso específico salientando a visão negativa imputada socialmente à mulher negra destacamos a objetificação dessa mulher, que ainda nas palavras de Arraes (2013) sempre transita entre a indesejabilidade e a exotificação, e por muitas vezes é tida como feia, nojenta e “indigna” de despertar desejos e sentimentos de alguém. Quando não é vista dessa forma, o que se atribui a ela é a exotificação de sua beleza, sendo tratada como sensual e provocante. É o caso do carnaval, momento em que as mulheres negras recebem destaque, e um dos poucos eventos sociais nos quais elas são consideradas rainhas e musas. Nessa época do ano a atenção que essas mulheres e seus corpos recebem, produzem a falsa sensação de existência da democracia racial, pelo menos nos espaços carnavalescos como avenidas nas quais desfilam as escolas de samba.

O problema como já citado anteriormente é a objetificação dessas mulheres e de seus corpos, elas passam a ser endeusadas ainda que falsamente por uma sociedade que não a considera digna de olhares e honras no restante do ano, quando não é carnaval. Acerca disso, a antropóloga Lélia Gonzalez enfatiza que:

Ali, ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-las. Estes, por sua vez, tentam fixar sua imagem, estranhamente sedutora, em todos os seus detalhes anatômicos; e os “flashes” se sucedem, como fogos de artifício eletrônicos (GONZALEZ, 1984, p. 228).

Podemos entender que historicamente as mulheres negras vêm sendo oprimidas por estereótipos que operam na ambiguidade e reforçam a ideia de inferioridade das mesmas em nossa sociedade. Esses estereótipos reduzem as mulheres a serem vistas apenas como símbolos de força, vulgaridade entre outras imagens negativas. Tudo isso faz parte da mentalidade de grande parte de nossa sociedade, que enxerga essas mulheres como incapazes de irem além dessas imagens estereotipadas.

2.3 Interseccionalidade e as diversas opressões sofridas pelas mulheres negras

Em um cenário nada favorável historicamente para as mulheres negras se faz importante refletir acerca do conceito de interseccionalidade, a fim de compreender que as discriminações sofridas por essas mulheres são entrecruzadas, sobretudo as de gênero e etnia. Kimberle Crenshaw (2002), professora da Faculdade de Direito da Universidade da Califórnia e da Universidade de Columbia, apresenta a teoria da interseccionalidade apontando seu objetivo:

Meu objetivo é apresentar uma estrutura provisória que nos permita identificar a discriminação racial e a discriminação de gênero, de modo a compreender melhor como essas discriminações operam juntas, limitando as chances de sucesso das mulheres negras (CRENSHAW, 2002, p.8).

Ou seja, o que se pretende com a interseccionalidade é identificar a partir desse conceito as discriminações e opressões sofridas pelas mulheres negras, compreendendo que elas operam juntas, prejudicando as vítimas. É preciso prestar atenção no que diz respeito as opressões, para entendermos que “não pode haver primazia de uma discriminação sobre a outra já que todas são subordinadas a mesma estrutura” (RIBEIRO, 2015).

Em suma, a interseccionalidade é o conceito que abarca a ideia de que as mulheres sofrem opressões diversas que acontecem ao mesmo tempo. Isso torna importante o pensamento de que não devemos escolher contra qual opressão é preciso lutar primeiro, como se houvesse uma emergência na escolha entre uma ou outra. É necessário compreender que as mulheres de uma maneira geral sofrem preconceitos diversos, porém, no caso das mulheres negras isso é acentuado.

É crucial perceber e compreender as diferenças sociais entre essas mulheres em relação às brancas; é preciso voltar o olhar para a visão interseccional como uma forma de realizar pesquisas que venham a combater essas diferenças.

3 A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO EM PROL DE UMA NOVA MENTALIDADE SOCIAL

3.1 O currículo como instrumento na contribuição para uma nova mentalidade social: rompendo práticas discriminatórias

Quando pensamos nos preconceitos que rodeiam as mulheres negras, é preciso refletir de que forma podemos trabalhar visando romper com as práticas discriminatórias. O racismo é muito forte em nossa sociedade, ainda que muitas vezes velado, fazendo com que as pessoas negras sejam vistas com inferioridade ainda nos dias atuais. Se para o homem negro já é difícil, para a mulher a situação é piorada no mínimo duplamente, por carregar o peso de ser mulher e negra, além de outras condições diversas que aos olhos de uma sociedade conservadora e preconceituosa não são bem vistas.

Quando pensamos na educação como um instrumento importante de contribuição para a mudança da mentalidade social, logo somos levados a pensar em como o currículo pode ser voltado para a superação dos pensamentos discriminatórios, uma vez que é ele quem define o que será trabalhado em sala de aula, tendo então um papel definidor na construção dos conhecimentos dos estudantes.

A palavra currículo nos remete a uma gama de significados e formas de concebermos a educação. Ao falarmos dele, podemos entender bem resumidamente que se trata da seleção dos conhecimentos e práticas de ensino-aprendizagem direcionadas aos alunos com o objetivo de garantir a estes o direito a apropriação de novos conhecimentos e de culturas presentes em nossa sociedade. Porém, o currículo vai além disso não podendo ser limitado dessa forma. É necessário compreender o currículo não somente como um documento impresso nas instituições de ensino, mas um documento que reflete todo um complexo de relações sociais de um determinado momento histórico (APPLE, 2006). Sendo um complexo de relações sociais, entendemos que o racismo e seus componentes (preconceito e discriminação) devem estar presentes na estrutura curricular das instituições educacionais a fim de que caminhemos para uma sociedade em que haja respeito e oportunidades sociais para as pessoas negras, em especial as mulheres negras, uma vez que ao selecionarmos o que estará presente nos currículos, automaticamente privilegamos o que consideramos importantes de ser trabalhado e ensinado.

Existem também os tipos de currículo, que são importantes para compreendermos melhor a importância deste no ensino. É ele quem pauta nossas práticas educacionais

direcionando-as rumo a atingir um objetivo educacional. O primeiro tipo é o *currículo formal*, também conhecido como *oficial* ou *explícito*. Nele está contido tudo aquilo que é imposto pelo sistema, ou seja, tudo aquilo que está previsto na LDB, PCN's; O segundo tipo é o *currículo real* ou *currículo em ação*, constando tudo o que será realizado dentro de sala de aula podendo ser entendido também como o planejamento de aula. No currículo real pode haver mudanças durante o processo das atividades, dependendo do andamento e da necessidade de modificações; o *currículo oculto* é aquele em que todas as manifestações em ambiente escolar estão inseridas. Trata-se de simbologias, ou seja, tudo aquilo que não está documentado em palavras.

Apple e Buras empregam em sua obra o termo subalterno baseado na concepção de Gramsci, grande entendedor do poder das lutas culturais e se refere a pessoas de classes mais baixas, pertencendo a grupos oprimidos da sociedade. Se levarmos o termo para o campo étnico-racial, podemos entender que as pessoas negras de nossa sociedade também estão incluídas nesse grupo subalterno uma vez que estão submetidas a relações de poder desiguais em nosso país, onde ainda se tenta mascarar o racismo e tratar com naturalidade a “inferioridade” das pessoas negras.

Quando falamos de currículo, precisamos ter em mente que as ações nele presentes não são neutras e expressam o sentido que queremos dar a educação de determinado grupo. Desse modo, é importante entender os estudos multiculturais especialmente nos currículos e o que se pretende com isso.

3.2 O multiculturalismo: identidade e diferença

Na atualidade ouvimos muito o discurso da importância do multiculturalismo e da aceitação das diferenças. De acordo com Silva (2000), nos últimos anos essas questões têm se tornado pautas centrais na teoria educacional crítica e nas pedagogias oficiais. Embora que para este autor essas temáticas estejam sendo abordadas de forma marginal como “temas transversais”, ainda assim já é válido o interesse no assunto.

Se pretendemos uma sociedade mais igualitária onde brancos e negros tenham os mesmos direitos, precisamos repensar sobre como a temática do multiculturalismo está sendo empregada nos currículos:

Em geral, o chamado "multiculturalismo" apóia-se em um vago e benevolente apelo à tolerância e ao respeito para com a diversidade e a

diferença. É particularmente problemática, nessas perspectivas, a idéia de diversidade. Parece difícil que uma perspectiva que se limita a proclamar a *existência* da diversidade possa servir de base para uma pedagogia que coloque no seu centro a crítica política da identidade e da diferença (SILVA, 2000, p. 73).

O autor destaca que o multiculturalismo atualmente vem sendo trabalhado de forma vaga, quase sem sentido. Podemos dizer que a temática não vem sendo abordada de forma respeitosa e realmente eficaz, com o objetivo de tratar as questões multiculturais em pé de igualdade com a cultura eurocêntrica hegemônica. É nessa perspectiva que Silva (2000, p.74) questiona como se configuraria “uma pedagogia e um currículo que não se limitassem a celebrar a identidade e a diferença, mas que buscassem problematizá-las? ”. Nesse caso, o autor nos faz refletir sobre a importância de se trabalhar essa temática de forma problematizadora, pois não basta apenas dizer que existe uma gama de identidades diversas sem apresentar as implicações disso.

O autor nos apresenta ainda o conceito de identidade de uma forma simplificada e que cabe refletir sobre para compreender a importância de entendê-lo:

A identidade é simplesmente aquilo que se é: "sou brasileiro", "sou negro", "sou heterossexual", "sou jovem", "sou homem". A identidade assim concebida parece ser uma positividade ("aquilo que sou"), uma característica independente, um "fato" autônomo. Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é autocontida e auto-suficiente (SILVA, 2000, p. 74).

Desse modo, podemos compreender identidade como aquilo que somos, aquilo que nos caracteriza como um fato particular, suficiente para nos caracterizar do ponto de vista de quem somos, de onde viemos e etc. Em relação à diferença, conceito muito utilizado nos estudos do multiculturalismo, podemos entendê-la também como algo específico do indivíduo, mas quando falamos em diferença pensamos em algo que nos divide, tendo uma conotação negativa. Diante disso, é importante ressaltar que:

[...]em oposição à identidade, a diferença é aquilo que o outro é: "ela é italiana", "ela é branca", "ela é homossexual", "ela é velha", "ela é mulher". Da mesma forma que a identidade, a diferença é, nesta perspectiva, concebida como auto referenciada, como algo que remete a si própria. A diferença, tal como a identidade, simplesmente existe (SILVA, 2000, p.74).

No trecho acima fica evidente que assim como a identidade, a diferença pode ser entendida como algo que marca uma pessoa, porém as duas palavras têm conotações

diferentes. Identidade é algo que une um grupo com as mesmas características e a diferença entendemos como algo que divide, ou seja, “eu sou jovem, ela é velha”. Isso torna o indivíduo à parte de um grupo por não conter a (as) mesma (as) característica (as). Embora identidade e diferença pareçam ser contrárias, o autor ressalta ainda que dependem uma da outra, sendo assim, indissociáveis uma vez que podemos considerar a diferença como um produto que deriva da identidade partindo do princípio que cada indivíduo possui suas características, sendo parte disso nacionalidade, orientação sexual, cor de pele e etc (tendo assim sua identidade), o que nos leva a gama de diferenças existentes no mundo.

Podemos compreender então a importância de o currículo atender as necessidades de trabalhar o multiculturalismo de forma problematizadora, evidenciando que nossa sociedade consiste em sujeitos com diferentes identidades, mas que essas diferenças não devem segregar grupos privilegiando uns em relação a outros:

A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais (SILVA, 2000, p. 76).

Identidade e diferença são conceitos que perpassam os indivíduos, não somos todos iguais do ponto de vista das características que nos definem. Cabe aos currículos propor a discussão sobre esses conceitos para trabalhar o multiculturalismo visando uma transformação da consciência inferiorizadora que ainda existe em relação a determinados grupos sociais.

3.3 Identidade e diferença no currículo para a igualdade

Sabendo que somos nós quem fabricamos as identidades e diferenças no contexto das relações culturais e sociais, entendemos que elas não são naturalmente definidas, mas sim impostas. Segundo Silva (2000, p.81), “elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas.”. Ainda de acordo com este autor:

A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (SILVA, 2000, p.81).

Entende-se então que esses conceitos definem em uma sociedade as relações de poder existentes. Corroborando com o pensamento deste autor podemos dizer que o poder se faz presente onde existe diferença e identidade. Onde existe a diferenciação está presente o poder de incluir ou excluir pessoas, no sentido de escolher quem pertence ou não a um determinado grupo. Nesse sentido, essa relação de poder no que se refere a excluir demarca os limites para classificar as pessoas, como destaca Silva (2000) quando diz que “a identidade está sempre ligada a uma forte separação entre ‘nós’ e ‘eles’”. (p.82)

Em uma sociedade marcada pelo preconceito e discriminação, é necessário direcionar as prioridades no sentido à educação para a legitimação da igualdade de direitos. O multiculturalismo se caracteriza pela promoção do enaltecimento à diferença e à igualdade como forma de afirmar que os indivíduos são diversos, mas, que isso não deve ser tido como algo ruim, onde pessoas devam ser excluídas dos processos existentes na sociedade. Porém, não podemos tratar esses temas como uma forma de tolerar e respeitar a diversidade cultural apenas ainda que seja válido e um bom começo. Silva (2000, p. 96) ressalta que “esses nobres sentimentos impedem que vejamos a identidade e a diferença como processos de produção social”, ou seja, se abordarmos esses estudos apenas para a promoção da tolerância e do respeito, estaremos “mascarando” que as exclusões que ocorrem em nossa sociedade e que geram tanta discriminação e preconceito são naturais e que só ocorrem porque não respeitamos a diversidade. Nesse sentido ele afirma que:

Ver a identidade e a diferença como uma questão de produção significa tratar as relações entre as diferentes culturas não como uma questão de consenso, de diálogo ou comunicação, mas como uma questão que envolve, fundamentalmente, relações de poder. (SILVA, 2000, p.96)

Desse modo, torna-se imprescindível compreender identidade e diferença como termos que estão ligados às relações de poder em nossa sociedade. E em relação a abordagem nos currículos:

Como tudo isso se traduziria em termos de currículo e pedagogia? O outro cultural é sempre um problema, pois coloca permanentemente em xeque nossa própria identidade. A questão da identidade, da diferença e do outro é um problema social ao mesmo tempo que é um problema pedagógico e curricular. É um problema social porque, em um mundo heterogêneo, o encontro com o outro, com o estranho, com o diferente, é inevitável. É um problema pedagógico e curricular não apenas porque as crianças e os jovens, em uma sociedade atravessada pela diferença, forçosamente interagem com o outro no próprio espaço da escola, mas também porque a questão do outro

e da diferença não pode deixar de ser matéria de preocupação pedagógica e curricular (SILVA, 2000, p. 97).

Considerando então a importância da discussão problematizadora acerca da identidade e da diferença, podemos dizer que em nossa sociedade essas discussões se fazem cada vez mais necessárias uma vez que vivemos uma época de polarização das identidades e das diferenças, na qual apesar de tanta evolução, continua-se segregando pessoas pela cor de sua pele, por sua orientação sexual ou por qualquer outra diferença.

É urgente a problematização do multiculturalismo no currículo, não apenas para aceitarmos a diferença, mas para que possamos desenvolver uma mentalidade crítica acerca dessas ideias que hierarquizam os indivíduos em nossa sociedade. Sabemos que as relações de poder estão presentes no cotidiano e que delas derivam as exclusões e discriminações em relação a grupos historicamente inferiorizados socialmente, precisamos então de uma educação com um olhar voltado para atender a urgência em romper com essa mentalidade e apenas com um currículo crítico e problematizador no qual as discussões acerca dessas temáticas fossem colocadas em pauta é que isso seria possível.

4 O CURSO DE PEDAGOGIA DA UEPB/CH E A DISCUSSÃO ACERCA DA MULHER NEGRA

4.1 A População negra feminina e as desigualdades raciais: maioria e silenciamento

Diante de um cenário em que a mulher negra é historicamente discriminada e rejeitada socialmente, cabe a reflexão acerca desses agravantes a fim de pensar nessa realidade que mesmo tendo bases em um passado escravista permanece sendo tão atual. As discussões acerca das desigualdades que assolam a população feminina negra se fazem indispensáveis, uma vez que, pensamos em romper com o pensamento discriminatório e racista que permeia nossa história.

Ao entendermos a Universidade como um espaço de poder onde se fomenta a pesquisa e a reflexão sobre diversos temas sociais, é importante destacar que as discussões acerca da mulher negra precisam estar presentes na grade curricular. É preciso dar luz a essa temática de modo a iniciar um movimento de reparação aos danos causados pela “maneira perversa de o racismo brasileiro tornar invisível e inaudível uma população” como ressalta Carneiro (2011, p.9). Desse modo, cabe observarmos de que forma essas mulheres vem tendo destaque em nossa sociedade.

De acordo com os dados do *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea* [et al], (2011, p.17) o percentual entre mulheres brancas e negras respectivamente é de 49,3% e 49,9%. Desse modo, podemos observar que existe um equilíbrio percentual, ainda que a maioria seja declarada negra. O que chama a atenção é que mesmo as mulheres negras ocupando grande parcela da sociedade, o que vemos é a sua ausência em cargos de prestígio social. Vez ou outra surge o exemplo de uma dessas mulheres em posição de importância. Isso não pode ser visto como algo natural:

[...]considera-se satisfatório que, em um conjunto de aproximadamente metade da população feminina do país, apenas uma ou outra negra ocupe posição de importância. E, ademais, esses casos solitários são emblemas utilizados para desqualificar as denúncias de exclusão racial” (CARNEIRO, 2011, p.119).

É preciso salientar que como visto no trecho acima, quando uma mulher negra ocupa uma posição de importância, logo esse exemplo é utilizado para abafar ou desqualificar as denúncias sobre exclusão racial. Ou seja, em um país no qual a população de mulheres negras é imensa, não podemos nos basear em casos isolados de mulheres que foram além do que as

demais conseguem ir. As limitações existem, o preconceito racial e as discriminações acompanham essa população ao longo da história e é extremamente necessário abrir os olhos para isso e discutir essas questões cada vez mais.

A importância da discussão dessa temática vem de um histórico desfavorável para essa população, onde prevalece a “concepção de que certos humanos são mais ou menos humanos do que outros” segundo Carneiro (2011, p.15). Nosso país naturaliza as desigualdades sociais e raciais porque ainda insiste na ideia de que somos todos iguais, o que acaba maquiando o racismo existente no Brasil. Apesar do grande número populacional, as mulheres negras vivem em desvantagem, sendo vítimas da enorme desigualdade social existente em nosso país.

É preciso ilustrar os lugares que essas mulheres vêm ocupando socialmente. Em relação às chefias de família, houve um aumento no número de famílias que se declararam chefiadas por mulheres e esse crescimento é maior nas chefiadas por mulheres negras. No ano de 1995 a maioria de famílias chefiadas por mulheres era branca (54,4%) e essa porcentagem se modificou no ano de 2009, onde a maioria passou a ser chefiada por mulheres negras (51,1%), segundo dados do Ipea [et al], 2011. É importante ressaltar que mesmo diante desse quadro onde as mulheres atuam como líderes de suas famílias, a desigualdade é gritante, o que chama a atenção para a necessidade de políticas públicas que atendam a demandas por educação, saúde, trabalho e etc voltadas a esse público a fim de dar a assistência necessária a essas mulheres e modificar essa realidade:

De toda forma, ainda são percebidas situações de maior vulnerabilidade nos domicílios chefiados por mulheres, em especial, os por mulheres negras, quando comparados aos domicílios chefiados por homens. Os dados de rendimento, por exemplo, mostram que a renda domiciliar per capita média de uma família chefiada por um homem branco é de R\$ 997, ao passo que a renda média numa família chefiada por uma mulher negra é de apenas de R\$ 491 (IPEA [et al], 2011, p.19).

No campo educacional as desigualdades também estão presentes devido aos desafios agravados pelo sexismo sofrido pelas mulheres, sobretudo as mulheres negras que se encontram em desvantagem em relação às mulheres e homens brancos em diversos indicadores. Negar essa realidade é mais uma vez tornar invisível o problema da desigualdade social que prejudica tanto a população negra em nosso país, especificamente as mulheres. Isso faz com que haja uma manutenção das desigualdades em nossa sociedade, limitando o acesso e as oportunidades a essas pessoas. Um dos indicadores que mostram como as mulheres

negras são prejudicadas no Brasil é o índice referente à taxa de escolarização no ensino superior:

Em 1995, a taxa de escolarização líquida no ensino superior – que mede a proporção de pessoas matriculadas no nível de ensino adequado para sua idade – era de 5,8%, chegando, em 2009, a 14,4%. Neste mesmo ano, esta taxa era de 21,3% entre a população branca, contra apenas 8,3% entre a população negra, chegando a apenas 6,9% entre os homens negros. Em 2009, a taxa de escolarização das mulheres no ensino superior era de 16,6%, enquanto a dos homens, de 12,2%. A taxa de escolarização de mulheres brancas no ensino superior é de 23,8%, enquanto, entre as mulheres negras, esta taxa é de apenas 9,9%. As políticas de expansão das universidades, o Prouni, as ações afirmativas e outras políticas têm contribuído para os avanços nesta área, no entanto, as desigualdades raciais que determinam e limitam as trajetórias de jovens negros/as explicam a discrepância dos dados (Ipea [et al], 2011, p.21).

O que observamos no tocante às mulheres negras de nosso país, é que o racismo e o sexismo são barreiras que precisam ser rompidas para que possamos viver em uma sociedade mais justa e igualitária. O tempo todo, as mulheres negras são invisibilizadas e tem seus direitos diluídos por falta de oportunidades, e quando essas oportunidades existem, são diversos os empecilhos que impedem essas mulheres de acender socialmente.

No caso das universidades, existem as ações afirmativas que contribuem muito para certa melhora nessa área, porém ainda estamos longe do ideal. A população negra como um todo sofre em nosso país, em especial as mulheres. É preciso discutir essa temática, não podemos mais silenciar e tornar invisível um problema que é real e urgente em nossa sociedade.

4.2 O curso de Pedagogia e a representação da mulher negra no currículo

O Campus III da Universidade Estadual da Paraíba está situado na cidade de Guarabira e teve sua trajetória iniciada em meados do ano de 2005, tendo uma enorme importância na região do brejo paraibano e cidades vizinhas. O curso foi criado com o objetivo de oferecer formação docente prioritariamente para a atuação na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, tendo duas áreas de aprofundamento: Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Gestão Educacional. Para além dessa formação, os alunos e alunas do curso de Pedagogia também estarão aptos para atuarem na gestão em espaços escolares e não escolares onde sejam precisos os conhecimentos pedagógicos.

Entre os períodos de 2015.1 e 2016.1 o curso passou por um processo de reformulação, por meio das ações do Núcleo Docente Estruturante – NDE. Por meio de assembleias estudantis, aplicação de questionário para os alunos, reuniões dos docentes e do Núcleo Docente Estruturante, foram apontadas as bases da reformulação que o curso necessitava. De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia do CH-UEPB (2016, p.23) “apesar deste rico processo, reconhecemos a complexidade do fazer coletivo”. O documento frisa também a importância de após sua elaboração, docentes e discentes continuarem buscando as condições necessárias para a construção de um espaço de formação profissional que vise atender as exigências e desafios das dinâmicas econômicas, sociais, políticas e culturais existentes em nossa sociedade.

Tendo em vista a preocupação com uma formação crítica e cidadã dos alunos e alunas a organização curricular é estruturada “a partir do vínculo indissociável entre: o processo de construção do conhecimento, a centralidade temática da educação e a ênfase no campo da pesquisa, do saber e da prática docente.” (Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia do CH-UEPB, 2016, p.37). O foco da Pedagogia é a educação e sendo assim, tornou-se necessário a reflexão acerca das problemáticas e complexidades presentes no processo educacional. Desse modo, surgem os eixos temáticos que podem ser entendidos como elementos básicos do currículo, compondo a articulação do trabalho pedagógico e perpassando as dimensões: profissional, técnica, política e científica da formação dos discentes.

Os eixos temáticos são elementos de base para a formação dos alunos e alunas e essenciais para a proposta do curso, tendo em vista a “amplitude dos aspectos e dimensões fundamentais do fenômeno educativo”, explicitado no Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia do CH-UEPB. (2016, p. 38). São eixos temáticos: Eixo educação, História e Sociedade, referentes a dimensão social da educação; Eixo Politicidade e educação, que diz respeito a dimensão política; Eixo Aspectos Filosóficos da Educação (dimensão filosófica); Eixo Docência: a organização Didática; Eixo Docência: Intervenção Pedagógica (dimensão didático-pedagógica).

Cabe destacar dois eixos imprescindíveis para uma educação que objetive o respeito as diferenças. São eles: O Eixo Educação, História e Sociedade que está vinculado a dimensão social do fenômeno educativo:

O Eixo Educação, História e Sociedade se justifica pelo caráter social da prática educativa, em diferentes relações (escola-família, escola-estado, escola-sociedade), sendo inconcebível definir o conceito e a natureza da

educação despojado desta dimensão. Parte constituinte do fenômeno educativo, a dimensão social se manifesta: na natureza dos valores que veicula, conserva e legitima; no tipo de relação que estabelece entre os sujeitos (conflito de classes; hegemonia de um grupo; papel ideológico; legitimação de um “capital cultural”). (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA DO CH-UEPB, 2016, p.39).

O Eixo Politicidade e Educação se preocupa com a dimensão política da educação uma vez que é ela que concebe a noção de realidade refletindo acerca da individualidade de cada um e a presença da pluralidade, visando um olhar para o outro.

Podemos perceber que curso de Pedagogia do CH-UEPB se preocupa com a formação plena de seus alunos, formando não apenas profissionalmente, mas também possibilitando pensar sobre a realidade que nos cerca e as complexidades da vida em sociedade. Proporciona subsídios para discussões de temáticas importantes, levando em conta a relevância da reflexão sobre questões presentes em nosso cotidiano. Ao observarmos a dimensão social que tem a educação, tornam-se necessárias as temáticas que propiciem a indagação acerca de valores que são socialmente veiculados e legitimados. É nesse cenário que valoriza o coletivo e que discute temáticas tão relevantes presentes em disciplinas étnico-raciais que surgiu a inquietação em torno da representação das mulheres negras na grade curricular.

Ao entendermos o currículo como um instrumento de total importância para definir o rumo do que se é ensinado e discutido na universidade, percebemos que a inserção de determinados temas poderia ter um efeito positivo no sentido de pensar determinada realidade para poder transformá-la. O currículo não é algo isolado da sociedade, de um modo geral ele é o espelho da cultura dominante, e de certa forma acaba valorizando determinados temas e abrindo mão ou não dando a mesma importância a outros.

O curso de Pedagogia do CH-UEPB conta com disciplinas indispensáveis à formação plena de seus graduandos. Em relação as disciplinas que abordam temáticas étnico-raciais diretamente, podemos destacar a existência de duas, são elas: Educação e afrodescendência (básico específico do curso); Educação e relações étnico-raciais (complementar eletivo). A primeira tem como objetivo de acordo com a ementa:

Abordagem histórica sobre os povos negros na sociedade brasileira. Os elementos afros na formação cultural do Brasil. Conceitos de preconceito, discriminação, estereótipos e racismo. História da Educação e a identidade negra. Ações Afirmativas. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA DO CH-UEPB, 2016, p.97).

Ou seja, essa disciplina traz os elementos ponto chave para o entendimento das questões referentes aos povos afrodescendentes, como suas origens históricas e elementos essenciais para a formação cultural com forte herança da população oriunda do continente africano. Outra questão importante abordada, é a temática do racismo e dos estereótipos que acometem a população negra brasileira. A disciplina Educação e relações étnico-raciais, que aparece no quadro de disciplinas complementares eletivas se preocupa em abordar o período educacional conduzido pelos Jesuítas e a formação de índios e negros. “As relações interétnicas, a construção da identidade nacional” (p.123) também são abordadas de acordo com a ementa da disciplina apresentada no Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia (2016). Sendo assim, duas disciplinas tratam diretamente das questões relacionadas aos povos de origem afro, porém, não se discute sobre a representação negra feminina, foco deste trabalho, pelo menos não explicitamente na organização das ementas.

Em relação a representação feminina no currículo do curso, ela aparece na disciplina Educação: Corporeidade, Gênero e Sexualidade (básico específico do curso), e de acordo com a ementa, aborda:

Conceito de corporeidade. Corporeidade e Educação. Corporeidade e cenário contemporâneo. Sexualidade e historicidade. Conceitos de Gênero e sexualidade. Atitudes e valores sócio-culturais com relação à educação sexual: preconceitos e tabus. Relações entre a corporeidade e as diferenças sexuais. A construção do gênero e respeito às diversidades. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA DO CH-UEPB, 2016, p.103).

Observamos o comprometimento em discutir as questões relacionadas aos corpos, sexualidade e gênero e os preconceitos e tabus presentes nessa temática. Nesse sentido o avanço que compete à mulher foi colocar a disciplina gênero conjugada com corpo e sexualidade.

A disciplina que traz a mulher em nosso currículo não contempla as mulheres negras, pelo menos não explicitamente, de acordo com a ementa do curso. É muito importante a discussão acerca das especificidades dessas mulheres em um país tão desigual e com o racismo enraizado em bases tão sólidas, possibilitando a que não se dê espaço para contemplar as questões acerca dessa temática.

Em uma perspectiva de mudança, urge que o objetivo seja o rompimento com pensamentos e práticas racistas e discriminatórias dentro de nossa sociedade, é imprescindível pensar o papel de pedagogos e pedagogas na colaboração da construção de conhecimentos de

seus alunos e futuros alunos. É importante pensar a formação desse profissional enquanto alguém com potencial e missão na contribuição para a formação de cidadania crítica tendo como base o respeito às diversidades. Nesse sentido, é importante trabalhar o gênero, mas é fundamental a preocupação com a generalização que pode ocorrer nesse processo uma vez que a categoria mulher não remete apenas a um tipo específico.

É fundamental que sejam levadas em conta as particularidades referentes às mulheres negras que historicamente tem suas humanidades negadas, herança de um passado ainda tão vivo. De acordo com Ribeiro (2016, p.21), “Reconhecer as subjetividades faz parte de um processo importante de transformação”. E é nesse contexto onde a mulher negra é invisibilizada social e historicamente, que a universidade surge como um espaço importante para colocar em pauta as discussões referentes às demandas dessas mulheres. É imprescindível que se criem espaços de representação positiva em relação a essa população com o objetivo de quebrar os estereótipos negativos que cercam a vida dessas mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo investigar a representação da mulher negra no currículo do curso de Pedagogia do CH-UEPB ressaltando a importância de um currículo que valorize a pluralidade na busca por uma nova mentalidade social, sobretudo em relação às mulheres negras.

São históricos a invisibilidade e o silenciamento impostos a essa população, desde os anos em que nosso país vivia sob os moldes do modelo escravista. O que se percebe é que nossa sociedade busca reproduzir um discurso inclusivo, porém, na prática é bem diferente se repararmos que quase não existem esforços para sanar os danos causados por uma mentalidade social que inferioriza as mulheres negras, em todos os sentidos. O falso discurso inclusivo pode ser entendido como mito da democracia racial, que afirma a ideia ilusória de que não há racismo em nossa sociedade.

O movimento feminista negro vem levantando bandeiras de luta em prol dessa população, visando à quebra de estereótipos negativos e papéis sociais impostos às mulheres negras. Nesse sentido, buscou-se por meio desse trabalho evidenciar a realidade na qual estão inseridas essas mulheres, que são alvo de opressões entrecruzadas, que acabam causando sérios danos em suas vidas.

Diante da realidade exposta surgiu a necessidade de salientar a importância do currículo como um instrumento na contribuição para uma nova mentalidade social que rompa com as práticas discriminatórias existentes. Nesse sentido, é fundamental um currículo que busque trabalhar o multiculturalismo de forma problematizadora, evidenciando que a composição de nossa sociedade se dá por meio da existência de diferentes sujeitos e diferentes identidades.

Ao compreendermos a universidade e no caso específico desse trabalho, o curso de Pedagogia, como um espaço de poder em que se fomentam a pesquisa e a reflexão acerca das diversas problemáticas sociais, e para além disso um espaço de formação de futuros professores que serão fundamentais no processo de construção da cidadania crítica de diversas crianças, seus futuros alunos, é importante que se fale sobre os lugares que às mulheres negras vêm ocupando socialmente e sobre suas desvantagens de acordo com diversos indicadores sociais em relação às mulheres brancas e até mesmo homens brancos e negros.

Dessa forma, o curso de Pedagogia do CH-UEPB, que tem como característica uma preocupação com a formação crítica e reflexiva de seus alunos, aparece como um espaço propício e fundamental para as discussões acerca das temáticas que envolvem as mulheres

negras. Sendo assim, caberia a criação de um espaço curricular no qual a questão da mulher negra fosse trabalhada, visto que o currículo do curso não contempla essa temática, pelo menos não de forma explícita.

Neste momento, título de sugestão, caberia uma disciplina que trouxesse à luz as problemáticas referentes à mulher negra, todavia uma ação dessa natureza requer mudança no Projeto Político Pedagógico e demandaria tempo. Nesse sentido, cabe a valorização e o fomento à pesquisa étnico-racial, incorporando a temática que contempla às mulheres negras e suas especificidades em disciplinas afins, já existentes. Feito isso haveria a busca por um entendimento acerca da importância e urgência do tema pela/os alunas/os para caminharmos no sentido para uma mudança da mentalidade social.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. **Ideologia e Currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

APPLE, Michael W.; BURAS, Kristen L. **Currículo, poder e lutas educacionais: com a palavra, os subalternos**. Porto Alegre: Artmed, 2008. 296 p. ISBN 978-85-363-1054-1.

Arraes, Jarid. **Mulher negra: nem escrava, nem objeto**. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/mulher-negra-nem-escrava-nem-objeto/>>. Acesso em: 03 de abril de 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 9-187.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero**. 2002. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>. Acesso em: 07 de abril de 2018.

_____. **Cruzamento: raça e gênero**. UNIFEM, 2004.

GARONCE, Luiza. **Modelos negras são comparadas a escravas em rede social durante desfile no DF**. Disponível em: <<https://blog.mettzer.com/referencia-de-sites-e-artigos-online/>>. Acesso em: 29 de outubro de 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 4. ed. 2002.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984. p. 223-244.

PEDAGOGIANDO, 2011. **O que é currículo? Teorias curriculares, tipos de currículo**. Disponível em: <<http://vivendopedagogia.blogspot.com.br/2011/05/o-que-e-curriculo-teorias-curriculares.html>>. Acesso em: 26 de abril de 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cultura e representações, uma trajetória**. Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.45-58, jan. /dez. 2006.

IPEA [et al]. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. - 4ª Ed. - Brasília: Ipea, 2011. p.17-39.

RIBEIRO, Djamila. **Por um olhar interseccional**. 2015. Disponível em: <<http://lugardemulher.com.br/feminismo-interseccional/>>. Acesso em: 02 de Abril de 2018.

RIBEIRO, Djamila. _____ **Quem Tem Medo do Feminismo Negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Série-Estudos - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande-MS, n. 27, p. 283-287, jul. /dez. 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. **Projeto Político Pedagógico de Pedagogia**. Guarabira, 2016, Trabalho não publicado.

WERNECK, Jurema. **Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 1, n. 1, p. 07-17, jun. 2010. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/303>>. Acesso em: 03 de abril 2018.